

9 Teorias das condições de verdade: o programa de Davidson

Sinopse

Segundo Donald Davidson, obteremos uma teoria do significado melhor se substituirmos a noção de condição de verificação de uma frase pela noção de condições de verdade da frase: as condições sob as quais a frase efectivamente é ou seria verdadeira, em vez de o estado de coisas que serviria apenas como indício da verdade. Davidson oferece vários argumentos, sendo o principal que precisamos da composicionalidade para dar conta da nossa compreensão de frases longas e novas, e as condições de verdade de uma frase constituem a sua característica mais obviamente composicional. Como modelo do modo como as condições de verdade se podem atribuir a frases de linguagens naturais como o português, Davidson toma o modo como a verdade é definida para um sistema artificial de lógica formal. Mas, dado que a gramática de superfície das frases portuguesas diverge das suas formas lógicas, é necessário fazer intervir uma teoria da gramática e da sua relação com a lógica; essa teoria existe e é sustentada de modo independente.

A teoria de Davidson enfrenta muitas objecções. Uma é que muitas frases perfeitamente dotadas de significado não têm valores de verdade. Outras objecções incluem a incapacidade da teoria para lidar com expressões (como pronomes) cujos referentes dependem do contexto, predicados que não são sinónimos mas que por acaso se aplicam precisamente às mesmas coisas, e frases cujos valores de verdade não são determinados pelos das suas orações componentes.

Condições de verdade

Até agora, só uma das nossas teorias conseguiu lançar luz sobre o que efectivamente determina os significados das frases particulares. A teoria proposicional toma os significados frásicos e limita-se a reificá-los (faz deles *objectos* de um certo tipo), sem grandes comentários complementares e sem conectar o objecto que assim se reificou com as práticas linguísticas ou com o comportamento linguístico seja de quem for. Grice tentou empurrar a questão para a filosofia da mente, tentando conectar as frases com os conteúdos das intenções e crenças efectivas das pessoas, coisa que não foi muito bem-sucedida e, mais importante, limitou-se a tomar como garantidas os próprios conteúdos das intenções e das crenças. Como vimos, os verificacionistas fizeram melhor; ofereceram-nos um teste para o conteúdo proposicional de qualquer frase dada, sendo o conteúdo (precisamente) a condição de verificação da frase. O problema é que, ainda que ignoremos o pro-

blema de Duhem-Quine (a objecção 7 do capítulo anterior), o teste verificacionista parece prever muitas vezes o conteúdo *errado* (objecção 3). Donald Davidson (1967^a, 1970) argumentou que chegamos onde queremos se substituirmos a noção positivista de condição de verificação de uma frase pela noção de *condições de verdade* de uma frase. Deste ponto de vista, conhecer o significado de uma frase é conhecer as condições sob as quais essa frase seria verdadeira, e não saber como *determinar* se a frase é efectivamente verdadeira. (Esqueça a epistemologia.) Ser uma frase sinónima de outra é ser uma frase verdadeira precisamente sob as mesmas condições da outra; ser uma frase ambígua é ser simultaneamente verdadeira e falsa nas mesmas circunstâncias mas sem autocontradição; ser uma frase derivável de outra é ser impossível que a segunda seja verdadeira sem que a primeira o seja também.

Já vimos a abordagem do significado em termos de condições de verdade, ainda que não por esse nome, na nossa discussão da teoria das descrições de Russell, que esboça precisamente as condições de verdade das frases que contêm descrições, argumentando de diferentes maneiras que essas são as condições de verdade correctas. Mas voltaremos a Russell na próxima secção.

Davidson começa com duas ideias que depois se verá que estão relacionadas. Uma é que uma teoria do significado deve proporcionar uma orientação quanto ao que determina o significado de uma frase particular. A outra é dar importância central ao fenómeno assombroso com o qual este livro começou: a nossa capacidade para compreender longas frases novas instantaneamente. Centrando-se na primeira ideia, Davidson pergunta como se poderia dar uma “teoria do significado *para*” uma linguagem particular – não uma teoria geral do significado no nosso sentido filosófico, mas uma teoria do português ou do chinês ou do kwakiutl – que especificasse os significados particulares das frases dessa linguagem, uma por uma.

Que forma assumiria tal teoria? Davidson oferece e motiva várias orientações e restrições. A primeira é esta:

Dado não parecer haver qualquer limite claro no número de expressões dotadas de significado, uma teoria viável tem de dar conta do significado de cada expressão na base na exibição padronizada de um número finito de características. Mas mesmo que houvesse uma restrição prática na dimensão das frases que uma pessoa pode enviar e receber compreendendo, uma semântica satisfatória teria de explicar a contribuição de características repetíveis para os significados das frases nas quais ocorrem.

(Davidson 1970: 18)

Davidson apela aqui para a nossa capacidade de compreender frases longas e novas, e sugere uma explicação para essa capacidade. Como compreendemos um número

potencialmente infinito de frases portuguesas com base no nosso vocabulário finito e na nossa experiência limitada da linguagem? A resposta tem de ser que dominámos “um número finito de características,” um conjunto relativamente pequeno e manejável de expressões dotadas de significado que servem de “átomos” do significado, e também algumas regras de composição, modos “padronizados” de combinar esses átomos ou primitivos semânticos que geram os significados das expressões mais complexas.¹

Muito grosseiramente falando, os átomos de significado são palavras individuais, e as regras de composição são as regras da gramática ou da sintaxe que especificam como as palavras podem ser combinadas para projectar os seus significados individuais em significados mais complexos. Davidson sustenta que o significado de uma frase é uma função dos significados das suas palavras constituintes.² É a isto que no capítulo 6 chamámos tese da *composicionalidade*. A composicionalidade é a hipótese óbvia para explicar a nossa compreensão de longas frases novas: compreendemos os significados complexos decompondo sintacticamente as frases em elementos menores dotados de significado, computando então os significados complexos como funções sintácticas desses elementos.

Assim, uma teoria adequada do significado no sentido filosófico geral deve guiarnos na construção de uma “teoria sistemática do significado para” qualquer linguagem que especifique o significado de cada frase gramatical dessa linguagem, fazendo a crónica da composição da frase a partir das suas palavras constituintes. Assim, deve ter os meios para gerar uma lista:

“A neve é branca” significa que a neve é branca.

“A relva é verde” significa que a relva é verde.

“Os *poltergeists* constituem o principal tipo de manifestação material” significa que os *poltergeists* constituem o principal tipo de manifestação material.

Em 1931, Adolf Hitler foi aos EUA, visitou vários pontos de interesse... [Já apanhou a ideia.]

E esta lista é *infinita* ou potencialmente infinita. Claro que este exemplo especifica em português os significados de frases portuguesas (e por isso parece um tanto desinteressante), mas temos também de conseguir fazer o mesmo para outras linguagens:

¹ Davidson aqui segue Ziff (1960).

² “Palavras” não é o termo mais correcto. Alguns átomos de significado são menores do que as palavras: afixos como “in-” (prefixo) e “-vel” (sufixo). Algumas palavras são apenas partes pleonásticas de átomos de significado, como no francês “*ne... pas*.” Os linguístas chamam *morfemas* aos verdadeiros átomos de significado. Mas por uma questão de conveniência e familiaridade continuarei a falar de “palavras.”

“*Der Schnee ist weiss*” significa que a neve é branca.

“*Das Gras ist grün*” significa que a relva é verde.

“*Die Potergeisten representieren...*” [etc.]

Como poderia uma teoria do português ou do alemão gerar tal lista? Note-se, primeiro, que, correspondendo à nossa capacidade para compreender novas frases longas, temos a capacidade para determinar os valores de verdade dessas frases se soubermos factos suficientes. Por exemplo, se por acaso eu souber que, na “Ave Maria,” Katherine Dienes usa segmentos de cânticos, baixo contínuo, figuras sobrepostas de “*ora pro nobis*” e outros dispositivos para sugerir a sonoridade da música conventual medieval, e encontrar a frase

- 1) Na “Ave Maria,” Katherine Dienes usa segmentos de cânticos, baixo contínuo, figuras sobrepostas de “*ora pro nobis*” e outros dispositivos para sugerir a sonoridade da música conventual medieval

(uma frase que tenho a certeza é tão nova para si quanto o foi originalmente para mim); sei também que essa frase é de facto verdadeira. E se eu tivesse encontrado uma frase como esta mas em que “música conventual medieval” tivesse sido substituído por “o género de música *rap* de Ice-T,” acrescentando-se a oração “... e Dienes mudou-se recentemente para Newark, Nova Jérсия,” eu saberia instantaneamente que é falsa.

Assim, parece que compreendemos as condições de verdade de longas frases novas assim que as vemos, tal como as compreendemos, e levanta-se a mesma questão: como é isso possível? Davidson pensa que esta coincidência não é uma coincidência. A questão tem a mesma resposta: composicionalidade. As condições de verdade das frases longas são determinadas pelas condições de verdade das frases menores que as constituem, e os processos sintácticos que geram as frases mais longas transportam consigo propriedades semânticas relacionadas com a verdade, combinando assim as propriedades de verdade simples em propriedades mais complexas.³

Temos um modelo elegante desta composicionalidade das condições de verdade, que serve também como o único modelo que temos para a composicionalidade do significado. É a semântica de uma linguagem formal como, por exemplo, o cálculo de predicados, formulado pelos lógicos. Quem fez um curso de lógica formal já estava a ver que íamos dar aqui e portanto já me ultrapassou. Mas para quem não fez tal coisa, tentarei explicar a ideia informalmente, sem me basear na notação técnica.

³ A tese da composicionalidade é simplesmente pressuposta pela maior parte dos teorizadores, mas é difícil de formular com precisão, e foi seriamente posta em causa, nomeadamente por Pelletier (1994); veja-se também Szabó (2007).

Irei descrever uma pequena linguagem muito simples, quase tão simples quanto a linguagem dos pedreiros de Wittgenstein, mas com uma característica distintiva crucial. Tem dois termos ou predicados, F e G, que correspondem às palavras portuguesas “gordo” e “ganancioso”; F denota ou aplica-se a todas as coisas gordas do mundo, e apenas a elas, e G aplica-se a todas as coisas gananciosas. A pequena linguagem (a que chamarei “labreguês”) tem também dois nomes próprios: a, que denota o Alberto, e b, que denota a Bela. E tem uma regra semântica para formar frases sujeito-predicado: uma frase construída prefixando um predicado *P* ao um nome próprio *n* é verdadeira se e só se o que *n* denota está incluído entre as coisas às quais *P* se aplica. Por fim, o labreguês inclui mais duas expressões chamadas “conectivas frásicas”: “não,” que se pode acrescentar a qualquer frase dada, e “e,” que pode ser inserida entre frases completas para fazer uma frase mais longa. Cada uma das conectivas é regida pela sua regra semântica distintiva. A regra “não” é que uma frase que resulte de se acrescentar “não” a outra frase A será verdadeira se, e só se, a própria A não for verdadeira. A regra de “e” é que uma frase da forma composta “A e B” será verdadeira se, e só se, A for verdadeira e B também. Assim:

DEFINIÇÃO DE VERDADE PARA O LABREGUÊS

“F” aplica-se a coisas gordas.

“G” aplica-se a coisas gananciosas.

“a” denota o Alberto.

“b” denota a Bela.

Uma frase sujeito-predicado “Pn” é verdadeira se, e só se, o que “n” denota é um membro da classe de coisas a que “P” se aplica.

Uma frase da forma “Não A” é verdadeira se, e só se, a frase “A” não é verdadeira.

Uma frase da forma “A e B” é verdadeira se, e só se, as suas frases componentes “A” e “B” são ambas verdadeiras.

Isto é a totalidade da linguagem – todo o seu vocabulário, todas as suas regras de significado de qualquer tipo. É de reduzido interesse e encoraja a repetição entediante. Mas a sua definição de verdade, ainda que na sua simplicidade bruta, tem as características gémeas de que precisamos: permite a existência de frases gramaticais de labreguês de dimensão ilimitada e em número ilimitado, e (contudo) consegue especificar as condições de verdade para todas elas. Por exemplo, se um locutor de labreguês proferir “Fa,” sabe-

mos pela nossa cláusula sujeito-predicado que essa frase é verdadeira se, e só se, a denotação de *a*, isto é, o Alberto, estiver incluída na classe de coisas às quais *F* se aplica isto é, a classe das coisas gordas, que é apenas dizer que Alberto é gordo. (À classe de coisas às quais um termo se aplica chama-se a sua *extensão*.) Ou pode-se dizer que o Alberto é ganancioso. Ou pode-se dizer que é gordo e ganancioso, pois a nossa regra de verdade para “e” diz-nos que “*Fa e Ga*” é verdadeira apenas quando o Alberto é gordo e o Alberto é ganancioso. (Afira-o por si.) E a palavra “e” pode ser iterada, isto é, aplicada uma e outra vez, para fazer frases cada vez mais longas sem parar: “*Fa e não Fb*”; “*Fa e não Ga e Fb e não Gb*”; “*Fa e Ga e não Fb e Gb e Fa e não Fb*”; e assim por diante, para sempre. (Claro que as últimas frases serão repetitivas dado o labreguês ter um léxico tão pequeno, mas mesmo as frases mais repetitivas são mesmo assim gramaticais e têm condições de verdade perfeitamente claras.)

Assim, mesmo com esta pequena e trivial definição de verdade apenas já obtivemos um número infinito de frases gramaticais, e temos regras de projecção que nos dizem, independentemente da dimensão da frase, a condição sob a qual essa frase é verdadeira. Na posse disto, podemos encontrar qualquer frase nova de labreguês, mesmo que tivesse oitocentos metros, e computar as suas condições de verdade. Explicámos uma capacidade potencialmente infinita por meios finitos, na verdade, minúsculos.

Suponha-se que derivámos passo a passo uma condição de verdade da nossa definição de verdade e que a explicitámos:

“*Fa e não Ga e Fb e não Gb*” é verdadeira se, e só se, o Alberto é gordo e o Alberto não é ganancioso e a Bela é gorda e a Bela não é gananciosa.

Tomamos uma frase de labreguês e especificámos a sua condição de verdade. Mas não especificámos nós também o significado? Certamente que o que a frase escolhida *significa* é apenas que o Alberto é gordo e o Alberto não é ganancioso e a Bela é gorda e a Bela não é gananciosa. E significa isso composicionalmente, em virtude do que *a*, *b*, *F* e *G* denotam mais as regras semânticas para determinar condições de verdade complexas a partir das mais simples.

Suponha-se que podíamos fazer o mesmo para o português, isto é, construir uma definição de verdade que expele algo da forma ““—” é verdadeira se, e só se, —” para cada frase portuguesa. (Chama-se a tais produtos “bicondicionais de Tarski” ou “frases V,” pois inspiram-se na forma que assume a teoria da verdade de Tarski (1956)). E suponha-se que se vê que cada frase *V* apanha correctamente as condições de verdade da frase visada. Então, pergunta Davidson, que mais se poderia razoavelmente pedir de uma teoria do significado para o português?

Considere-se: uma atribuição correcta de significado a uma frase deveria determinar a sua condição de verdade; assim, sabemos que uma teoria adequada do significado para uma linguagem deve proporcionar pelo menos uma definição de verdade para essa linguagem. Assim, se a definição de verdade faz também tudo que é de esperar de uma teoria do significado, seria razoável identificar simplesmente o significado de uma frase com a sua condição de verdade.

E quanto aos factos do significado? Já mencionei as maneiras segundo as quais a teoria das condições de verdade dá conta da sinonímia e da ambiguidade. Dá também conta da inclusão semântica e especialmente da derivabilidade. De “Fa e não Fb” deriva-se “Fa” porque, segundo a nossa definição de verdade, “Fa e não Fb” não poderia ser verdadeira a menos que “Fa” o fosse. Uma definição de verdade para uma linguagem prevê as sinonímias, derivabilidades e outras relações semânticas que se encontram por referência às regras semânticas de composição que codifica.

E, em parte, o defensor contemporâneo da teoria das condições de verdade estuda construções linguísticas do mesmo modo que Russell trabalhou nas descrições. Reúne uma quantidade de factos do significado sobre um tipo ou grupo particular de frases nas quais tem interesse – factos sobre relações de sinonímia, ambiguidades, relações de derivabilidade, etc. – e tenta explicar esses factos em termos das condições de verdade. Russell deu atenção às propriedades semânticas das frases deste ou daquele tipo, em especial propriedades interessantes que criam quebra-cabeças lógicos, e depois perguntou: como podemos fazer uma teoria de tais frases que explique a razão pela qual exibem essas características semânticas que originam quebra-cabeças? A sua resposta, como na teoria das descrições, seria uma condição de verdade hipotética.

A teoria das condições de verdade vê o significado como *representação*. Com efeito, regressa à concepção de significado da teoria referencial, segundo a qual o significado é um espelhamento ou correspondência entre frases e estados de coisas efectivos ou possíveis; Russell salientava esta ideia (e na verdade fez dela uma pedra angular da sua metafísica). A definição de verdade funda-se nas relações referenciais entre os termos e os seus denotantes ou extensões mundanos. Vimos no capítulo 1 que a teoria referencial grosseira era uma ideia excessivamente simples da correspondência entre as palavras e o mundo; o defensor da teoria das condições de verdade não postula uma correspondência tão forte nem tão simplista, dado não insistir que todas as palavras são nomes. Mas o defensor da teoria das condições de verdade está de volta à tarefa de espelhar a natureza, de perguntar que estados de coisas efectivos ou possíveis uma dada frase visada descreve ou representa.

Definir a verdade em linguagens naturais

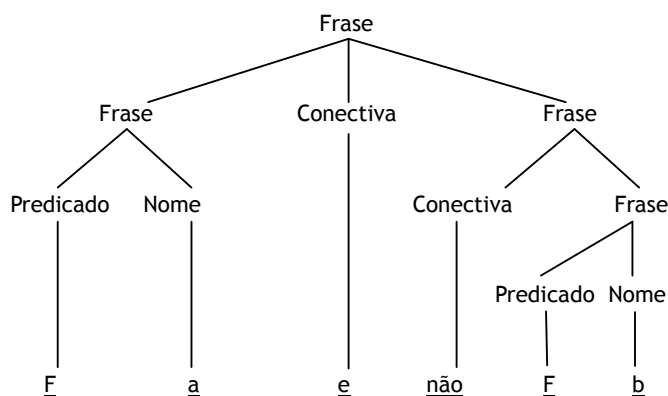
A verdade foi definida explicitamente no labreguês. As suas frases exibem explicitamente as suas condições de verdade, no sentido em que não há disparidade entre a forma gramatical de superfície de uma frase e o que Russell chama a sua forma lógica (capítulo 2). E podemos pura e simplesmente olhar para uma frase de labreguês e, na posse da definição de verdade, analisar a estrutura composicional da frase e calcular a condição de verdade da frase. Este é o paradigma de Davidson.

Há um enorme “mas” (na verdade, um “Mas...!!”), que provavelmente já lhe ocorreu. Uma coisa é fornecer uma definição de verdade para uma linguagem formal inventada, mesmo que seja muitíssimo mais rica do que o labreguês; outra coisa muito diferente é revelar regras de verdade alegadamente subjacentes a uma linguagem natural previamente existente como o português. A linguagem natural já cá estava. E, o que é muito mais importante, as frases do português não exibem explicitamente as suas condições de verdade. Como vimos no capítulo 2, é notório que a sua gramática de superfície difere imprevisivelmente das suas formas lógicas.

Bem, diz o partidário da teoria das condições de verdade, não é assim tão imprevisivelmente. É aqui que a sintaxe entra no filme. (Na verdade, pode dizer o partidário, é para isso que *serve* a sintaxe.)

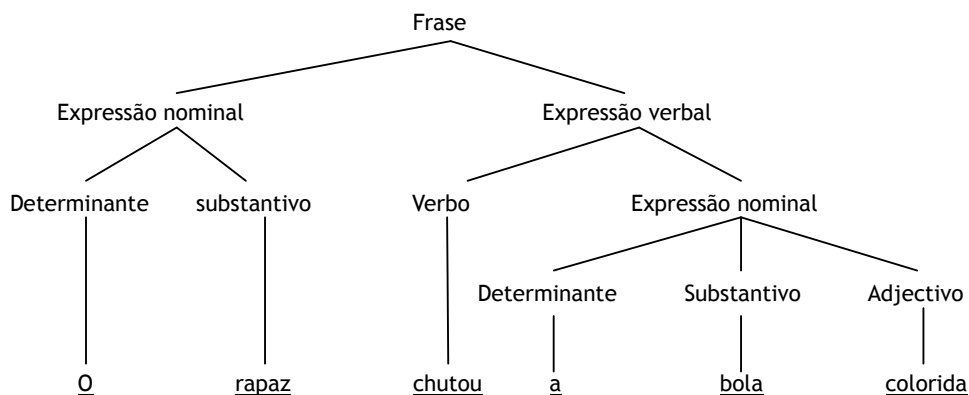
Gostaria de lhe dar um curso inteiro de sintaxe; na impossibilidade de o fazer, gostaria de lhe dar só os elementos básicos. Mas o espaço não me permite fazer qualquer das duas coisas. Assim, limitar-me-ei a apontar para a ideia fundamental na esperança de que possa apanhar o resto alhures. Por uma questão de simplicidade, irei usar jargão que faz lembrar os primórdios da sintaxe teórica (aproximadamente os anos sessenta do séc. XX), quando esta disciplina foi fundada por Zellig Harris e Noam Chomsky.

Uma sintaxe ou uma *gramática* para uma linguagem, natural ou artificial, é um dispositivo para extrair frases bem formadas ou gramaticais de todas as sequências constituídas por palavras dessa linguagem. E uma vez mais (como na semântica), o modelo é o da formação de regras para um sistema lógico. Recorde-se o labreguês. As frases de labreguês podem ser analisadas e diagramadas pelo que se chama “marcadores de expressão,” de um modo que descreve directamente a sua composição sintáctica com base em termos individuais. Eis “Fa e não Fb”:



Pode-se formar uma colocando um nome depois de um predicado, de modo que “Fa” e “Fb” são frases. Pode-se formar uma frase prefixando uma frase com “não,” de modo que “não Fb” é uma frase. Finalmente, pode-se formar uma frase colocando “e” entre duas frases, de modo que o resultado inteiro será uma frase.

Podemos diagramar frases portuguesas simples de maneira semelhante. Eis uma clássica: “O rapaz chutou a bola colorida.”



Os nós destes marcadores de expressão são etiquetados segundo categorias gramaticais, e os mais abaixo começam a parecer-se com “partes dos discurso” português: substantivo, adjectivo, e por aí fora. Os nós mais acima correspondem a estruturas gramaticais mais complexas, como expressões nominais.

Mas poucas frases portuguesas são assim tão simples. A maior parte tem estruturas que não podem ser inteiramente representadas por marcadores de expressão deste tipo simples (a que se chama marcadores “sem contexto”), porque há relações gramaticais robustas e inconfundíveis que não podem ser representadas desta forma. Chomsky (1957, 1965) argumentou que a gramática dos marcadores de expressão precisa de ser aumentada

por um dispositivo, especificamente um conjunto de regras, que possam tomar um marcador de expressão e transformá-lo num marcador diferente de um tipo dependente; chamou a essas regras “transformações.” Por exemplo, uma transformação *passiva* pode tomar o anterior marcador de expressão e rearranjar as suas partes transformando-o num marcador para “A bola colorida foi chutada pelo rapaz.” As transformações são entendidas como dinâmicas, como agentes que partem marcadores de expressão e reconstróem as suas partes em diagramas em árvore mais complicados.

Assim, com alguma sorte, todas as sequências gramaticais de português têm ou um marcador de expressão sem contexto ou um marcador que foi derivado por uma série de uma ou mais transformações a partir de um marcador sem contexto. Nenhuma outra sequência é gramatical. (As gramáticas já não têm esta arquitectura simples, nem os linguistas de hoje usam a minha terminologia antiquada. Mas para ficar a saber mais terá de estudar por si.)

Como afirmei, os linguistas concebiam originalmente a gramática simplesmente como uma máquina que separava sequências bem formadas de algaraviadas. Alguns linguistas param aí, e não consideram que a tarefa tenha muito a ver com semântica ou com o significado frásico propriamente dito. Mas, como Davidson afirma, algo toma os significados das palavras individuais, compondo-os depois ou projectando-os em significados frásicos completos. O que faz tal coisa? Presumivelmente, regras para juntar as palavras numa ordem racional qualquer, uma ordem que confere um significado à totalidade do composto. Mas repare-se que um mesmo conjunto de palavras pode ser diferentemente ordenado, e duas das sequências resultantes podem ter significados diferentes, mesmo que ambas estejam bem formadas: tragicamente, “O João ama a Marta” não tem o mesmo significado que “A Marta ama o João,” ainda que as mesmas três palavras componham as duas frases. Assim, para gerar significados diferentes para estas frases, as regras de projecção têm também de fazer ajustes mais subtis; têm de olhar não apenas para as próprias palavras, mas também para algumas distinções mais subtis. Mas as mesmíssimas regras sintácticas que compõem sequências gramaticalmente aceitáveis a partir de palavras individuais parecem também perfeitamente adequadas para servir como regras de projecção desse género. Nos finais dos anos sessenta do séc. XX muitos linguistas vieram a adoptar essa perspectiva, e sustentaram que as transformações preservam o significado (apesar de esta última tese ter sido restringida e parcialmente abandonada pela teoria canónica alargada dos anos setenta do mesmo século e pela teoria da regência e da ligação dos anos oitenta).

Suponha-se que temos uma gramática da estrutura de expressões para uma linguagem formal cujas condições de verdade foram explicitamente definidas. E suponha-se que temos transformações gramaticais capazes de converter fórmulas dessa linguagem em sequências bem formadas de português. Então temos uma gramática cuja componente de

estrutura de expressões gera estruturas subjacentes (fórmulas como as da lógica) e cuja componente transformacional produz variações portuguesas sobre essas estruturas subjacentes. Dado que as transformações preservam o significado ou, em termos mais restritos, dado que as transformações preservam propriedades da *verdade*, podemos então ver como as frases portuguesas têm os seus significados. Nomeadamente, têm significados em virtude de terem condições de verdade, e têm condições de verdade em virtude de derivarem por transformação de fórmulas de um sistema de notação análogo ao da lógica cuja verdade foi explicitamente definida. As frases sinónimas são variações transformacionais de cada uma; as frases ambíguas são os produtos de mais de um processo transformacional possível, e assim por diante.

Idealmente, o defensor da teoria das condições de verdade quer ser empiricamente mais responsável do que Russell. Este filósofo abordava as condições de verdade *a priori*; escrevia uma frase inglesa no quadro, escrevia uma fórmula lógica ao lado, olhava para as duas, e ajuizava que a segunda parecia captar correctamente as condições de verdade da primeira. Também apelava, o que era mais prometedor, para o poder que a sua hipótese tinha para resolver quebra-cabeças. Mas um defensor contemporâneo da teoria das condições de verdade deverá querer que, além disso, as suas hipóteses semânticas respondam pelo menos parcialmente a teorias sintácticas plausíveis.

Objecções à versão davidsoniana

OBJECÇÃO 1

Como ocorre com a teoria verificacionista, a teoria das condições de verdade parece aplicar-se apenas à linguagem descritiva, factual; perguntas e ordens, etc., não são de modo algum verdadeiras ou falsas.

UMA RESPOSTA DÉBIL

Apesar de não dizermos normalmente que as perguntas ou as ordens são verdadeiras ou falsas, estas têm valores semânticos bipolares análogos à verdade. A uma pergunta responde-se correctamente “sim” ou “não”; e obedece-se ou desobedece-se a uma ordem. Intuitivamente, uma frase declarativa corresponde a um estado de coisas que pode ocorrer ou não, ainda que a sua função não seja descrever ou relatar esse estado de coisas. Por exemplo, uma ordem é “verdadeira” se lhe obedecermos de facto, e falsa no caso contrário. Claro que isto não é uma maneira normal de usar “verdadeiro” e “falso”; estamos a alargar a sua aplicação a toda a bipolaridade semântica. (Talvez devêssemos inventar um par mais geral de termos gerais, como “positivo” e “negativo.”)

UMA PRIMEIRA RÉPLICA

Nem todas as declarativas são bipolares desse modo. Considere-se perguntas como “Quem roubou o serviço de mesa?” “Que horas são?” e “Por que fizeste explodir o meu barco?” Nenhuma destas tem uma resposta “sim” ou “não”; na verdade, cada uma delas admite um âmbito muitíssimo vasto de respostas correctas possíveis.

UMA SEGUNDA RÉPLICA

A dificuldade com a inexistência de valor de verdade não se restringe a frase declarativas. Para começar, já se argumentou que certas frases gramaticalmente declarativas não têm condições de verdade e só têm condições epistémicas de “asseribilidade”. A mais notável dessas posições é a de Adams (1965), entre outros autores, que defendeu a perspectiva de que as condicionais indicativas não têm condições de verdade nem valores de verdade.

Além disso, alguns filósofos sustentam (na pegada dos positivistas) que certas frases gramaticalmente declarativas *não afirmam factos* apesar de ingenuamente não o parecer. Segundo os emotivistas, em filosofia moral, os juízos morais são apenas expressões ou manifestações, análogos semanticamente a gemidos, grunhidos de protesto, aclamações, e coisas do género. Sendo assim, tais frases “factualmente defectivas” não têm valores de verdade. Logo, uma frase V com respeito a uma delas (““O assassínio é incorrecto” é verdadeira sse o assassínio é incorrecto”) seria falsa ou anómala.⁴

RESPOSTA À SEGUNDA RÉPLICA

É fácil ao defensor da teoria das condições de verdade que seja também um emotivista (ou seja o que for) restringir a sua teoria da verdade de modo a não se aplicar desde logo a frases infactuais. Mas inversamente, pode-se argumentar partindo da plausibilidade geral da semântica das condições de verdade (se nela acreditarmos) para concluir que o emotivismo é implausível, assim como outras perspectivas que neguem o valor de verdade a declarativas perfeitamente gramaticais.

OBJECÇÃO 2

Davidson fala como se os lados direitos das suas frases V fossem todos escritos em inglês, ou na linguagem natural do teorizador, seja ela qual for, de modo que se possa prontamente ver que estão correctas ou não. Na verdade, Davidson apregoa que as frases V são seqüências empiricamente testáveis de uma definição de verdade proposta para uma lin-

⁴ Os descendentes actuais mais sofisticados dos emotivistas incluem Blackburn (1984, 1993) e Gibbard (1990); mas procuram encontrar maneiras de conceder que os juízos morais podem ser considerados “verdadeiros” ou “falsos” e figurar em frases V, sem conceder que os juízos morais afirmem factos sobre o mundo.

guagem. Mas nenhuma davidsoniana definição de verdade efectiva poderia ter como resultado tais frases V (Stich 1976; Blackburn 1984). Para que tal teoria gere frases V – ou qualquer outra coisa – como teoremas, tem de ser formulada numa linguagem razoavelmente formal e regimentada, algo semelhante à lógica. (Veja outra vez a definição de verdade para o labreguês.) Além disso, quando o teorizador chega a construções da linguagem da natural que não ocorrem nas lógicas simbólicas usuais, como advérbios, operadores de crença, etc., os lados direitos das frases V que as envolvem podem conter alguma notação radicalmente inabitual. Uma versão recente da teoria das frases de acção do próprio Davidson (1967^b) origina frases V como estas:

“O João barrou manteiga na tosta à meia-noite” é verdadeira sse

$(\exists a)(\text{BARRAR-MANTEIGA}(a) \ \& \ \text{PROTAG}(\text{João}, a) \ \& \ \text{VÍTIMA}(a \ \text{tosta}, a) \ \& \ \text{OCCORREU-EM}(a, \text{meia-noite}))$.

O lado direito é para ser aqui lido do seguinte modo: “Ocorreu um acontecimento, que foi um barrar manteiga na tosta, executado pelo João à meia-noite.” (Ao fazer o sujeito subjacente todo o acontecimento em vez de ser apenas o agente João, Davidson consegue explicar por que a frase visada implica frases mais simples como “O João barrou manteiga na tosta,” “O João barrou manteiga em algo,” “Algo aconteceu à tosta” e “Algo aconteceu à meia-noite,” implicações que de outro modo são difíceis de captar.) Mas então como fica a alegação de Davidson de que a sua teoria é testável? Como se espera que possamos saber se as misteriosas frases V deste género estão correctas ou incorrectas?

RESPOSTA

A testabilidade fica mais fraca, mas não desaparece. Pois ainda podemos testar frases V emaranhadas como a anterior à luz das nossas intuições lógicas, e ainda podemos avaliar a alegação de Davidson de que iluminou características semânticas impressionantes da frase visada.

OBJECÇÃO 3

Quando começamos a examinar frases com elementos *deícticos* surgem problemas técnicos brutais (antecipados por Davidson 1967^a). (Um elemento “deíctico” ou “indexical” é aquele no qual a interpretação semântica varia com o contexto de elocução, como um marcador de flexão ou um pronome demonstrativo.) Por exemplo, como se formularia a condição de verdade para a frase “Estou doente”? ““Estou doente” é verdadeira se, e só se, estou doente agora” não serve, dado que o seu valor de verdade depende de quem a profere e de quando a profere, não sendo em geral determinado pelo *meu* (este seu humilde narra-

dor) estado de saúde. As frases deícticas nem sequer têm valores de verdade, excepto nas ocasiões efectivas ou hipotéticas do seu uso (um aspecto que seria gratificante para Strawson).

A resposta do próprio Davidson é relativizar a verdade a um locutor e a um momento do tempo. A frase V relevante seria formulada assim: “Estou doente” é verdadeira enquanto potencialmente proferida por p no momento t se, e só se, p está doente em t . Mas há vários aspectos em que isto é insatisfatório,⁵ nomeadamente o facto de o locutor e o momento da elocução não serem os únicos factores contextuais que afectam o valor de verdade. (Recorde-se “Esta vermelha é muito boa.”) Regressaremos a esta questão no capítulo 11.⁶

OBJECÇÃO 4

Uma definição davidsoniana de verdade tem muita dificuldade em distinguir expressões que por acaso são co-extensionais (ou seja, que se aplicam exactamente aos mesmos referentes) mas não são sinónimas (Reeves 1974; Blackburn 1984). Considere-se dois únicos itens de vocabulário que diferem em significado mas que por acaso têm exactamente as mesmas extensões. Um exemplo usual disto é as palavras “renato” e “cordato,” significando respectivamente “criatura com rins” e “criatura com coração.”⁷ Uma teoria davidsoniana da verdade não conseguirá distinguir o significado de uma frase que contenha “renato” de uma frase que contenha “cordato,” pois a cada termo será atribuído exactamente a mesma classe de objectos como extensão.

PRIMEIRA RESPOSTA

Numa teoria da verdade do género que descrevemos, as palavras usadas no lado direito das frases V correspondem supostamente tão intimamente quanto possível às expressões que compõem a frase visada. (Veja outra vez a definição de verdade para o labreguês.) Assim, a cláusula para “renato” será escrita como ““Renato” denota renatos” e não como ““Renato” denota cordatos.” Para derivar a segunda frase da nossa teoria da verdade (apesar de ser verdadeira), seria necessário acrescentar e premissa contingente e ilinguis-

⁵ Veja-se Lycan (1984: capítulo 3). Devo confessar que essa obra é uma defesa global da teoria das condições de verdade. Penso que a teoria está correcta e que vale a pena pagar bem para a ouvir em concertos ao vivo.

⁶ Também há um problema terrível com as frases *ambíguas*; veja-se Parsons (1973) e Lycan (1984: capítulo 3).

⁷ Pelo menos um biólogo disse-me que as duas palavras *não* se aplicam às mesmas coisas; há animais com coração que não têm rins, e vice-versa. Mas ignore-se este facto esquelido e pretenda-se que “renato” e “cordato” se aplicam exactamente aos mesmos animais.

tica “Todos os renatos são cordatos e só eles o são.” E, segundo Davidson, o significado de uma frase visada não é dado apenas pela frase V que tem por objecto a frase visada, mas por essa frase V juntamente com a sua derivação dos axiomas da teoria da verdade. Para evitar a sugestão de que ser cordato faz parte do significado de “renato,” podemos exigir que a derivação da frase V não contenha premissas ilinguísticas.

SEGUNDA RESPOSTA

“Renato” e “cordato” serão distintos em frases que contenham certos géneros de construção, nomeadamente em frases modais e em frases doxásticas. Seja qual for a semântica que Davidson dá a frases como “Poderia haver um renato que não fosse cordato” e “O Godofredo acredita que a sua tartaruga de estimação é renata” teria de acomodar (prever, na verdade) a impermutabilidade de “cordato” por “renato” nessas frases.

RÉPLICA À SEGUNDA RESPOSTA

Tais frases – nas quais não se pode substituir termos co-extensionais sem mudar o valor de verdade das próprias frases – são em si um quebra-cabeças. (São denominadas frases *intensionais*; trata-se de uma generalização do fenómeno a que no capítulo 2 se chamou “opacidade referencial.”) Seria de esperar que a substituição não fizesse diferença; afinal, mesmo que usemos uma palavra diferente, continuamos a falar exactamente acerca da mesma coisa ou classe de coisas. Já encontrámos um caso especial deste problema nos capítulos 2 e 3, o problema da substituibilidade das descrições definidas e dos nomes próprios. Qualquer teoria do significado tem de oferecer alguma explicação das substituições fracassadas. Assim, a expressão “Seja qual for a semântica que Davidson der para frases como...” não é inocente. Resolver esse problema será uma *tarefa árdua* para Davidson, dado o formato da sua teoria do significado. (Ele enfrenta realmente o problema da intencionalidade aqui e ali, principalmente em Davidson (1968). A sua solução é, grosso modo, considerar que as frases intensionais fazem referência tácita às próprias palavras que nelas ocorrem. Veremos uma abordagem muitíssimo diferente no capítulo seguinte.)

OBJECÇÃO 5

É muito simples escrever uma regra de verdade para uma palavra formadora de frases como “e.” Afinal, “e” é o que os lógicos chamam uma conectiva verofuncional: o valor de verdade de “A e B” é estritamente determinado pelos valores de verdade das suas frases componentes, A e B. Mas muitas expressões formadoras de frases pura e simplesmente não transmitem a verdade desse modo. Tome-se a palavra “porque”: a verdade de “A porque B” não é determinada pelos valores de verdade das frases componentes, A e B, pois, ainda que ambas sejam verdadeiras “A porque B” pode ser falsa, dependendo de outras características do mundo. Como se poderia então escrever uma regra de verdade para “porque,”

paralela à regra do labreguês para “e”? Ou tome-se os advérbios. Como se poderia escrever uma regra de verdade para “devagar” ou para “muito”?

Pior ainda: considere-se outra vez “acredita que,” como em “O João acredita que a Maria acredita que Emanuela acredita que a casa está a arder.” Como escreveríamos uma regra de verdade para isto? “n acredita que A” é verdadeira se, e só se... o quê?

Uma estratégia óbvia é invocar um domínio de entidades útil, como proposições (!), e escrever regras de verdade para expressões que não sejam verofuncionais em termos de quantificação sobre esse domínio. (Como vimos, para lidar com alguns advérbios, Davidson introduziu um domínio de “acontecimentos,” e transformou os advérbios em predicados adjectivais de acontecimentos.) O principal problema desta estratégia é que força a sintaxe, dado que as transformações têm de ser cada vez mais árduas para transformar as novas formas lógicas excêntricas em português familiar; como Blackburn salienta (1984: 289), um tratamento davidsoniano de uma construção (intensional) que não seja verofuncional como “porque” ou “acredita que” exige pelo menos um “compromisso sério com formas lógicas escondidas.” (Mas, como antes, as frases de crença em particular já são um problema terrível para qualquer teoria do significado.)

OBJECÇÃO 6

A semântica das condições de verdade tem de explicitar a noção geral de verdade que está a pressupor. Mas a única análise geral plausível de verdade é em termos de afirmar ou asserir coisas: “Quem faz uma afirmação ou asserção faz uma afirmação verdadeira se, e só se, as coisas são como ele diz que são ao fazer a afirmação” (Strawson 1970: 15). O que é dizer que a análise tem de ser feita em termos de comunicação, que tem de ser formulada à *la* Grice. Assim, apesar de a letra da semântica das condições de verdade poder não ser objectável, o espírito da teoria foi traído, pois acaba por ir dar ao gricianismo em vez de se apresentar como uma alternativa superior.

PRIMEIRA RESPOSTA

Quer tenhamos quer não uma análise filosófica geral da verdade, temos o conceito expresso pela palavra portuguesa “verdadeiro,” e temos também a estrutura formal introduzida por Tarski, que gera frases V. Se a noção de significado pode ser reduzida à de verdade, isso constitui uma economia teórica, mesmo que não forneçamos outra explicação filosófica da verdade; não é um caso em que “os conceitos de significado e verdade apontam inexpressivamente e em vão um para o outro” (Strawson 1970: 16).

RÉPLICA

Muito bem, mas e então se a análise correcta de “verdadeiro” for (de facto) em termos de comunicação?

SEGUNDA RESPOSTA

Se for assim, então cairíamos (de facto) em Grice. Mas por que havemos de aceitar de todo em todo a teoria da verdade baseada no afirmar/asserir? Que dizer das outras teorias gerais que os filósofos têm oferecido nos últimos dois mil anos? Em particular, há as teorias clássicas da correspondência, da coerência e a pragmatista. Mais recentemente, há a teoria profrásica engendrada por Grover, Camp e Belnap (1975). Tanto quanto consigo ver, Strawson ignora-as simplesmente porque deve estar a pressupor que todas as teorias desse género teriam de algum modo de aceitar a ideia griciana numa fase qualquer inicial: por exemplo, dado que as *crenças* são primariamente o que tem ou não coerência, a teoria da verdade como coerência teria de tratar as frases apenas na medida em que exprimem crenças, e assim por diante. Mas não vejo por que havemos de conceder tal pressuposto (se acaso é o de Strawson) só porque o afirma. Sob esta interpretação, Strawson está, no fundo, na posição em que insiste: “Mas *certamente* que uma qualquer versão de gricianismo está correcta.”

A este propósito, seja-me permitido tomar a sugestão de Grice sobre frases improprias e novas, o seu apelo a “procedimentos resultantes” abstractos (veja-se o final da penúltima secção do capítulo 7). Parece agora que o que Grice tinha aí em mente era a composicionalidade alcançada por meio da sintaxe. Suponha-se que Grice podia desenvolver uma noção de significado público análogo ao significado frásico mas aplicando-se a expressões subfrásicas (palavras, por exemplo); chame-se-lhe “significado das expressões.” Grice poderia então invocar a sintaxe e construir abstractamente os significados frásicos a partir dos significados das expressões (apesar de, uma vez mais, Grice ter aqui de conseguir distinguir os “significados frásicos” abstractos das proposições).

Como explicar o significado das expressões? Recorde-se que no capítulo 2 definimos uma noção de “referência do locutor” de termos singulares, que visava precisamente contrastar gricianamente com a “referência semântica” do termo e que era entendida em termos das intenções dos locutores de chamar a atenção dos interlocutores para certas coisas. Talvez possamos definir um conceito análogo de “extensão do locutor” de predicados em termos das intenções dos locutores que subjazem de algum modo aos usos desses predicados, e assim por diante. Depois poderíamos pedir de empréstimo a linguagem de Grice sobre repertórios e procedimentos, presente na sua discussão das elocuições inestruturadas, e usá-la para congeminar tipos correspondentes de significado das expressões. Esta redução em duas fases do significado frásico ao significado do locutor ainda enfrentaria problemas, mas já não as objecções 2-4.

Além disso, esta ideia sugere um programa de investigação interessante, pois levamos de volta à teoria da referência, vindos de nova direcção. Por exemplo, pode a denotação semântica de um nome próprio ser realmente analisado em termos da referência do

locutor? À primeira vista, essa ideia rivaliza tanto com a teoria descritivista dos nomes como com a teoria histórico-causal.

Mas esta perspectiva combinada, explicando o significado frásico em termos do significado primitivo das expressões juntamente com uma teoria griciana dos significados primitivos individuais das expressões, concede que a teoria das condições de verdade está correcta, acrescentando apenas, apesar de isso ser muito significativo, um novo tipo de teoria da referência que rivalizaria com as consideradas nos capítulos 2-4.

Sumário

- Davidson oferece vários argumentos em defesa da teoria das condições de verdade. O principal é que a composicionalidade é necessária para dar conta da nossa compreensão de frases longas e novas, sendo as suas condições de verdade a característica mais obviamente composicional de uma frase.
- A definição de verdade para um sistema de lógica formal ao estilo de Tarski é um modelo do modo como se pode atribuir condições de verdade a frases das linguagens naturais.
- Mas dado que a gramática de superfície das frases portuguesas difere das suas formas lógicas, é preciso ter uma teoria da transformação gramatical e sintáctica.
- Essa teoria existe e tem apoio independente.
- A teoria de Davidson enfrenta muitas objecções. Talvez a mais importante é que muitas frases perfeitamente dotadas de significado não têm valores de verdade. Algumas das outras: o seu programa de Tarski não pode lidar com expressões (como pronomes) cujos referentes dependam do contexto, predicados que não sejam sinónimos mas que por acaso se aplicam às mesmas coisas, e frases cujos valores de verdade não são determinados pelos das suas orações componentes.
- Pode ser possível fundir Davidson com Grice fornecendo uma teoria griciana das extensões dos termos.

Questões

1. Avalie o argumento principal de Davidson a favor da sua teoria das condições de verdade; isto é, o seu apelo à composicionalidade, e as definições tarskianas de verdade.
2. Discuta o argumento complementar muito brevemente formulado acima cujas premissas são que a) o significado de uma frase deve determinar as suas condições de verdade e b) uma definição de verdade para uma linguagem faz também tudo o que é de esperar que uma teoria do significado faça.
3. Se já sabe alguma coisa de sintaxe teórica, avalie a esperança de que possa ser usada como veículo para conectar as frases portuguesas aos lados direitos das frases V de Davidson.
4. Ajuíze uma ou mais das objecções levantadas à teoria das condições de verdade.

5. Se conhece o paradoxo do mentiroso, explore o problema que levanta à teoria das condições de verdade. (Davidson (1967^a) trata brevemente deste problema.)
6. Levante uma nova objecção complementar à teoria das condições de verdade.
7. Desenvolva a teoria combinada griciana, em “duas fases,” sugerida no final deste capítulo. Ou desenvolva a redução griciana da primeira fase da denotação semântica (para nomes ou predicados).

Leitura complementar

- Além de Lycan (1984), a melhor introdução geral ao programa de Davidson é Harman (1972). Esse artigo, assim como muitos outros bons artigos de e sobre a semântica da teoria da verdade, está reimpresso em Davidson e Harman (1975); veja-se também as antologias de Evans e McDowell (1976) e Platts (1980). Platts (1979) é uma boa discussão crítica do programa davidsoniano.
- Harman (1974^b, 1982) rompeu com Davidson e fundou a semântica do papel conceptual. Para uma revisão da bibliografia que se seguiu veja-se Lycan (1984: cap. 10).
- Davidson (1986) é uma crítica importante à própria posição de Davidson, baseada no fenómeno do malapropismo.
- Um efeito lateral importante da semântica da teoria da verdade, e que com ela rivaliza, é a semântica da teoria dos jogos desenvolvida por Jaakko Hintikka (1976, 1979). Não sei até que ponto o programa de Hintikka rivaliza com a semântica da teoria da verdade ou é uma sua variante. Os artigos básicos da semântica da teoria dos jogos estão coligidos em Saarinen (1979).
- Radford (1997), Culicover (1997), Sag e Wasow (1999), Carnie (2001) e Lasnik e Uriagereka (2005) são excelentes introduções à teoria sintáctica contemporânea; veja-se também Hornstein (1995). Larson e Segal (1995) expõem a convergência da semântica com a sintaxe contemporânea do ponto de vista da linguística teórica.